



PROPOSTA N.º ¹² /2017

ASSUNTO: Submeter à Assembleia Municipal autorização para repartição de encargos para o anos económicos de 2017 a 2020, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público, para "aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO" (Proc. 1429/CML/17)

PELOURO: Frota - Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU/DRMM

Considerando:

1. A necessidade de se garantir a operacionalidade da frota municipal de viaturas pesadas;
2. A necessidade de aquisição de peças e componentes originais para as intervenções de manutenção e reparação das viaturas IVECO pertencentes à Frota Municipal;
3. Que a Câmara Municipal de Lisboa dispõe de uma frota de viaturas IVECO com um total de, nesta data, 146 viaturas, 88 das quais destinadas ao serviço de Recolha de Resíduos Sólidos, das quais 54 movidas a Gás Natural Comprimido (GNC);
4. Que se verificou, nos últimos anos, um aumento superior a 30 % do valor consumido em peças, resultante do aumento da idade média da frota de viaturas IVECO, termo de garantias, opção gestionária e obediência aos princípios contidos na Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2017;
5. Que se prevê que ocorra, nos próximos anos, uma maior estabilidade na evolução dos valores de consumo em peças, face à estabilização das medidas adotadas em anos anteriores;
6. Que a despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico, não estando prevista em Plano Plurianual;
7. Que a competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, aprovação das respetivas peças, autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar, cabe ao Exmo. Senhor Vereador Dr. José Duarte Cordeiro, no uso das competências delegadas pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea a) do



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

n.º 2 do ponto II, da alínea b) do n.º 1 e n.º 6 da letra E do ponto I, todos do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação que lhe foi dada pelo Anexo I do Despacho n.º 142/P/2015, de 17/12/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos art.º 36.º, n.º 1 e 38.º, ambos do CCP;

8. Que a competência para autorizar a repartição de encargos e a assunção de compromissos plurianuais cabe à Assembleia Municipal, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:

Submeter à Assembleia Municipal a prévia autorização para a repartição de encargos e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2017, 2018, 2019 e 2020, no âmbito do concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia para a aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO, pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de 3 (três) anos, até ao valor máximo de 720.000,00€ (setecentos e vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no valor de 165.600,00€ (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos euros), totalizando o valor de 885.600,00€ (oitocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos euros), para os seguintes anos económicos da seguinte forma:

ANO	Valor s/ IVA (€)	IVA (€)	Valor c/ IVA (€)
2017	120.000,00	27.600,00	147.600,00
2018	240.000,00	55.200,00	295.200,00
2019	240.000,00	55.200,00	295.200,00
2020	120.000,00	27.600,00	147.600,00
TOTAL	720.000,00	165.600,00	885.600,00



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 02.01.12 (material de transporte - peças) da orgânica L17.02.

Lisboa, 17 de março de 2017

O Vereador

- Duarte Cordeiro -



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DAOM
Prop. n.º 121/A
Fls.

**CONCURSO PÚBLICO
COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

"Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO"

Processo n.º **/CPI/DA/CCM/2017**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Índice do Programa do Procedimento

Artigo 1.º Objeto do Concurso	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento	3
Artigo 5.º Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	4
Artigo 6.º Erros e omissões do caderno de encargos	4
Artigo 7.º Concorrentes	4
Artigo 8.º Proposta e seus elementos	5
Artigo 9.º Modo de apresentação das propostas	5
Artigo 10.º Documentos que constituem a proposta	5
Artigo 11.º Apresentação de propostas variantes	6
Artigo 12.º Preço anormalmente baixo	6
Artigo 13.º Prazo para apresentação de propostas	6
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	6
Artigo 15.º Critério de adjudicação	7
Artigo 16.º Abertura de propostas	7
Artigo 17.º Esclarecimentos sobre as propostas	7
Artigo 18.º Análise das propostas e relatório preliminar	7
Artigo 19.º Audiência prévia	8
Artigo 20.º Relatório final e adjudicação	8
Artigo 21.º Notificação da decisão de adjudicação	8
Artigo 22.º Documentos de habilitação do adjudicatário	8
Artigo 23.º Caução	9
Artigo 24.º Outorga do contrato	9
Artigo 25.º Despesas e encargos	9
Artigo 26.º Impugnações administrativas	9
Artigo 27.º Prevalência	9
Artigo 28.º Legislação aplicável	9
ANEXO I Minuta da Proposta	9
ANEXO II Modelo de Declaração	11
ANEXO III Modelo de Garantia Bancária	13
ANEXO IV Modelo de Seguro – Caução	14
ANEXO V Modelo da Guia de Depósito	15
ANEXO VI Modelo de Declaração	16
ANEXO VII Critério de Adjudicação	17
ANEXO VIII Tabela Preços (IVA não incluído)	19



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

1. O presente concurso público com publicidade internacional tem por objeto a **“Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO”**, pelo prazo de um ano prorrogável até ao limite de três anos”, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1) do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02/10, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07 e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02/10.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa através da Direção Municipal de Ambiente Urbano – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Avenida Infante Dom Henrique, Lote 1, 1800-220 LISBOA, com o endereço de correio eletrónico dmhu.drmm@cm-lisboa.pt, (telefone 218 555 121 / telefax 218 171 258), sendo o concurso realizado através do Departamento de Aprovisionamentos – Central de Compras Municipal, sita no Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso - Bloco – A, 1749 – 099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.
2. O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”, com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.
3. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “acinGov” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera, ou à própria plataforma.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Exmo. Senhor Vereador Dr. Duarte Cordeiro, datado de __/__/__, exarado à margem da informação n.º _____, no uso das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, através do Despacho n.º 42/P/2015, de 21/05/2015, publicado no 4º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28/05/2015, alterado pelo Despacho 142/P/2015, publicado no 2º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17/12/2015, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 18.º, e do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, do n.º 1, do artigo 36.º, e do artigo 109.º, ambos do CCP.

Artigo 4.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos, encontram-se patentes na plataforma eletrónica “acinGov”, desde a data da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos poderão ser consultados na Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 9º. Piso-Bloco A – 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 133.º, n.º 1, do CCP.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o “download” das peças do procedimento.
4. Para ter acesso à plataforma «acinGov», o eventual interessado deverá aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
5. Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica “acinGov”. A validação dos documentos é efectuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário, devem ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço electrónico: apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.
7. Os eventuais interessados no concurso, apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efectuarem o registo na plataforma eletrónica “acinGov”



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Artigo 5.º

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste concurso.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, através da plataforma eletrónica "acinGov" dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número 1 serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para apresentação das propostas, atento o disposto no artigo 50.º, n.º 2 do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 3 do presente artigo.
5. A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determinará, a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Erros e omissões do caderno de encargos

1. Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, na plataforma eletrónica "acinGov", uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou,
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. A aceitação de erros e omissões, nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.
6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica «acinGov», pela entidade adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todos aqueles que as tenham adquirido, ser imediatamente notificados daquele facto.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento a título individual, nem integrar outro agrupamento concorrente. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.
5. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Artigo 8.º
Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente programa do procedimento, caderno de encargos e demais documentação anexa.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
4. No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, ou não existindo representante comum, por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 9.º
Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados através da plataforma eletrónica "acingov".
2. A proposta será elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Procedimento (Minuta da Proposta).
3. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
4. Os concorrentes deverão obrigatoriamente apresentar proposta para a totalidade dos bens, que constituem o objeto do presente procedimento.
5. A proposta deverá indicar apenas preços para peças novas, não sendo admitidos preços para peças reconcondicionadas;
6. Os concorrentes deverão indicar o esquema de revisão de preços, que não poderá ser superior à taxa de variação anual do índice de preços no consumidor do ano anterior, divulgado pelo INE. A não apresentação de qualquer esquema de revisão de preços implica que os preços apresentados não deverão sofrer qualquer aumento até ao fim do contrato.
7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a Proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov", pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
8. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica "acinGov" devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
9. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
10. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
11. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
12. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios, e os documentos deles constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.
13. No caso de agrupamento de candidatos, as propostas devem ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do presente Programa de Procedimento.
14. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa.
15. A proposta deve apresentar preços para peças sobresselentes originais conforme definição prevista no artigo 1.º alínea "t" do Regulamento Conformidade Europeia (CE) n.º 1400/2002 de 31 de julho (peças genuínas).
16. A proposta deverá incluir, caso seja aplicável, indicação do desconto ou tabela de descontos a incidir genericamente sobre as peças em caso de aquisição de peças que não constem da tabela do Anexo VIII. Caso a proposta não contemple a aplicação de desconto, a mesma deverá expressamente conter essa indicação de não aplicação de desconto.

Artigo 10.º
Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo previsto alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos - Anexo II (Modelo de Declaração), constante do presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - b) Anexo I (Minuta da proposta) ao presente Programa de Procedimento do qual faz parte integrante, que deve ser integralmente preenchida;
 - c) Preenchimento do Quadro constante no anexo VIII (lista de peças), em formato Excel;
 - d) Tabela de preços de venda ao público (PVP) ou equivalente em suporte digital, ou acesso à mesma via internet;
 - e) Documento comprovativo em como é distribuidor autorizado de peças da marca Iveco emitido pela marca (seja pelo representante oficial da marca em Portugal, devidamente comprovado, seja pela própria empresa proprietária da marca, podendo neste último caso o documento ser apresentado em língua inglesa ou italiana);
 - f) Documento em que conste a identificação e contacto do(s) elemento(s) responsável(eis) por parte do concorrente perante a entidade pública adjudicante, bem como, o horário de funcionamento dos serviços responsáveis pelo fornecimento de peças objeto do presente concurso público;
 - g) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo;
 - h) Documento comprometendo-se ao fornecimento, à consignação, de dois equipamentos de identificação de avarias, no primeiro ano de contrato, e garantir a sua atualização durante o restante tempo de contrato, incluindo a troca do equipamento sempre que tal se justificar;
 - i) Documento comprometendo-se a disponibilizar um meio de identificação das peças Iveco (software de identificação de peças ou acesso a plataforma de identificação de peças via internet), e garantindo o acesso ao mesmo durante o período do contrato;
 - j) Documento que define os termos de aplicação de um eventual rappel (desconto comercial) a aplicar no final de cada ano civil;
2. São excluídas as propostas que não apresentem todos os documentos elencados no n.º 1 do presente artigo, à exceção do documento previsto na alínea j).

Artigo 11.º

Apresentação de propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º

Preço anormalmente baixo

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, os preços resultantes de uma Proposta, são considerados anormalmente baixos, quando o valor apresentado seja 50% ou mais inferior ao valor constante do n.º 2 da Cláusula 1 do CE.

Artigo 13.º

Prazo para apresentação de propostas

1. Os documentos que constituem a proposta, devem ser apresentados, diretamente, pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica «[acingov](#)», até à data e hora indicadas na referida plataforma.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante, antes do termo do prazo referido no n.º 1 deste artigo. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.
6. O prazo para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Artigo 15.º
Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 74 do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o modelo de avaliação constante do **Anexo VII (Modelo de Avaliação das Propostas)** ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante.
2. Em caso de empate, é considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que apresentar o mais baixo preço total dos artigos constantes do Anexo VIII. Mantendo-se o empate, considerar-se-á a classificação obtida no fator "Prazo de entrega" e assim sucessivamente pela ordem pela qual os factores se encontram elencados no Anexo VIII do Programa do Procedimento.
3. Se, após a aplicação dos fatores de desempate definidos no número anterior, ainda subsistir empate, o desempate será feito pelo preço mais baixo para a seguinte peça:

Código	Referência	Designação
213370	IV 504008086	Tubo escape ligação catalisador IV MP190E26P C GNC

4. Por último, caso ainda subsista o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar-se, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, na presença dos interessados e do qual será lavrada ata assinada por todos os presentes e que será transmitida aos concorrentes, mediante comunicação na plataforma eletrónica.

Artigo 16.º
Abertura de propostas

1. O Júri do procedimento, às 10 horas do dia útil, imediato, ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica «acinGov», utilizada pela entidade adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma palavra-passe aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 17.º
Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respectivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. No Relatório Preliminar, referido no artigo seguinte, deve constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72º do CCP.
4. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica "acinGov", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 18.º
Análise das propostas e relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e de todos os seus atributos, representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação previsto no artigo 15º e Anexo VII do presente Programa do Procedimento, o júri elabora um relatório preliminar, no qual deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
 - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou no n.º 1 do artigo 58.º do CCP;
 - f) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no artigo 11º do presente programa de procedimento;
 - g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
 - h) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
 - i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP;
 - k) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
 - l) Que não apresentem um documento exigido no presente programa, ou o apresentem com informação incompleta.
2. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

Artigo 19.º
Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma electrónica "acinGov", para que num prazo de 5 dias úteis se pronunciem sobre o mesmo

Artigo 20.º
Relatório final e adjudicação

- 1. Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 21.º
Notificação da decisão de adjudicação

- 1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º;
 - b) Prestar caução, nos termos do disposto no artigo 88.º a 91.º, indicando expressamente o seu valor;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativo a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
- 3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 22.º
Documentos de habilitação do adjudicatário

- 1. O adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica "acinGov", no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, redigidos em língua portuguesa, os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do (CCP), nomeadamente:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo VI ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e e) do artigo 55.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- c) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
2. Em substituição do documento previsto na alínea c) deste n.º 1, pode ser apresentado o certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a emitir por esta entidade, com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações do contrato a celebrar.
3. Sempre que se verifique um facto, que determine a caducidade da adjudicação é concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

Artigo 23.º

Caução

A caução, fixada no valor de 5% do preço contratual, é destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou guia de depósito nos termos dos modelos constantes dos Anexos III, IV e V (**Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro Caução e Modelo de Guia de Depósito**) todos do presente Programa do Procedimento, que dele fazem parte integrante.

Artigo 24.º

Outorga do contrato

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

Artigo 25.º

Despesas e encargos

1. Constituem encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas.
2. São ainda de conta do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, à prestação da caução e emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 26.º

Impugnações administrativas

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”, com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>

Artigo 27.º

Prevalência

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 28.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do procedimento aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos, e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Minuta da Proposta

_____ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para “**Aquisição de peças, componentes e**



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO", a que se refere o anúncio datado de _____, obriga-se a fornecer todos os bens que o constituem em conformidade com os documentos do concurso, pelo preço global de _____ (por extenso e algarismos), que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

- a) Preço total do somatório dos preços do Anexo VIII: _____;
- b) Prazos de entrega de acordo com a cláusula 4ª do Caderno de Encargos: _____;
- c) Desconto ou tabela de descontos sobre tabela de preços de venda ao público: _____;
- d) Esquema de revisão de preços, indicando os fatores que determinam a revisão e quando é efetuada, se for caso disso: _____;
- e) Prazo de garantia (Cláusula 5.ª do Caderno de Encargos): _____.

À quantia supramencionada acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data _____

Assinatura _____



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO II
Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

- a)
- b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾];
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾];
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situa o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situa o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽¹²⁾;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situa o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾ ⁽¹⁷⁾]:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data), [assinatura ⁽¹⁸⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO III
Modelo de Garantia Bancária

O Banco com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €..... (.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de € (.....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO IV
Modelo de Seguro – Caução

A Companhia de Seguros....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (..... euros), presta a favor da Câmara municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de..... (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento....., regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO V
Modelo da Guia de Depósito

Euros..... €

Vai (*nome do adjudicatário*), residente (ou com escritório) em na depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso)
(em dinheiro ou representada por) como depósito-caução exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público com publicidade internacional N.º .../.../... para a de **"Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO"**, de harmonia com o disposto no Programa de Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º datado de de de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO VI

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea A) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem ou falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO VII
Critério de Adjudicação
Modelo de Avaliação das Propostas

1. Considerações Gerais

1.1. O critério de adjudicação fixado é o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em consideração os seguintes fatores e ponderações:

- a) Preço total dos artigos constantes do Anexo VIII 75 %
- b) Prazo de entrega..... 15 %
- c) Desconto sobre tabela PVP 10 %

1.2. A adjudicação é efetuada ao concorrente que obtiver a classificação mais elevada.

1.3. Em caso de empate, será considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que obtenha melhor classificação no fator "Preço total dos artigos constantes no Anexo IV". Mantendo-se o empate, considerar-se-á a classificação obtida no fator "Prazo de entrega" e assim sucessivamente.

1.4. Em caso de empate no fator "Desconto sobre tabela PVP", o desempate é feito da seguinte forma:

- Preço mais baixo do seguinte artigo:

Código	Referência	Designação
213370	IV 504008086	Tubo escape ligação catalisador IV MP190E26P.C GNC

1.5. Mantendo-se ainda o empate, o desempate será efetuado por sorteio presencial.

1.6. Para definição das fórmulas será utilizada a seguinte simbologia:

C_F = Classificação Final

C_{PT} = Classificação do preço total, do somatório dos preços dos artigos do Anexo VIII.

C_{PE} = Classificação do prazo de entrega

C_{DT} = Desconto sobre tabela PVP

PT_{pro} = Valor total da proposta (preço total dos artigos do Anexo VIII do concorrente em análise;

PE_{pro} = Prazo de entrega do concorrente em análise;

DT_{pro} = Desconto sobre tabela PVP do concorrente em análise;

PT_{max} = Valor máximo admissível

1.7. A classificação final resultará assim da aplicação da seguinte fórmula:

$$C_F = 0,75 \times C_{PT} + 0,15 \times C_{PE} + 0,10 \times C_{DT}$$

1.8. Todos os fatores e sub-fatores são ponderados numa escala de 1 a 20.

2. Fator preço total do somatório dos preços dos artigos constantes do Anexo VIII

2.1. Para obter a avaliação deste fator será considerado o valor de 240.000,00 € ($PT_{max} = 240.000,00$ €).

2.2. Para obter a classificação será aplicada a seguinte fórmula:

$$C_{PT} = 19 \times [(PT_{max} - PT_{pro}) / (PT_{max})] + 1$$

3. Prazo de entrega (PE)

3.1. Na classificação deste fator de apreciação, será classificado o prazo de entrega indicado pelos concorrentes, em horas, sendo que no caso do prazo de entrega depender da hora em que se efetua a encomenda, o tempo será calculado desde a hora limite em que é possível efetuar a encomenda, a qual é efectuada via email, até á hora da entrega da mesma.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- 3.2. Para efeitos da fórmula, o valor mínimo considerado é de 6 horas, a que corresponde uma classificação de 20 valores, e o valor máximo é de 5 dias (120 horas), a que corresponde uma classificação de 1 valor.
- 3.3. Caso por algum motivo o concorrente não apresente um valor para o prazo de entrega, será considerado, para efeitos de avaliação, a classificação mínima de 1 valor, correspondente ao prazo máximo de 5 dias, definido no Caderno de Encargos.
- 3.4. No caso de apresentação de prazos de entrega diferenciados, será considerado o prazo mais longo apresentado;
- 3.5. Para a avaliação deste fator será aplicado a seguinte fórmula:

$$C_{PE} = 21 - (PE_{pro} / 6)$$

4. Desconto sobre a tabela de preços de venda ao público (DT)

- 4.1. Na classificação deste fator de apreciação, será classificado o desconto sobre a tabela PVP, indicado pelos concorrentes para os artigos fornecidos pelos concorrentes, não constantes do Anexo VIII e enquadráveis no objeto do procedimento (cfr n.º 17 do artigo 9.º do Programa de Procedimento).
- 4.2. Para efeitos da fórmula, o valor mínimo considerado é de 2 %, a que corresponde uma classificação de 1 valor, e o valor máximo será de 40 %, a que corresponde uma classificação de 20 valores.
- 4.3. No caso de o concorrente apresentar descontos superiores a 40 %, a classificação atribuída será de 20 valores, independentemente do valor do desconto;
- 4.4. No caso de o concorrente não indicar qualquer desconto a aplicar, será considerado, para efeitos de classificação, a classificação mínima de 1 valor
- 4.5. No caso de apresentação de descontos diferenciados, será considerado o valor do menor desconto apresentado.
- 4.6. Para a avaliação deste fator será aplicada a seguinte fórmula:

$$C = (DT_{pro})/2$$

5. Classificação Final

- 5.1. A classificação final resultará assim, da seguinte fórmula:

$$C_F = 0,75 \times C_{PT} + 0,15 \times C_{PE} + 0,10 \times C_{DT}$$

- 5.2. A adjudicação é efetuada ao concorrente que obtiver a classificação mais elevada.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO VIII

Tabela Preços (IVA não incluído)

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unit	Preço Total
201559	IV 504020189	Farol drt IV Stralis AD190S27 C GNC	3		
201781	IV 500395009	Acoplamento ventoinha arrefecimento motor IV Eurocarga ML 100	1		
202444	IV 2994069	Jg embraiagem lv Daily 35C12D, 35S10V	2		
202446	IV 2995940	Jg embraiagem (prato+disco+rol) lv Daily 35C11D	1		
202447	IV 500334937	Jg bomba embraiagem lv Daily 35C11D / 65C15D	2		
202736	IV 46393024	Jg rolamento cubo roda trs lv Daily 1996-2000	5		
202897	IV 42561674	Carreto 5ª velocidade veio intermediário IV Eurocarga ML 100E18 B	1		
203845	IV 500054985	Jg fios desgaste pastilhas travão IV Eurotech 260E31	105		
203858	IV 42530550	Jg fios desgaste calços travão IV Eurotech 260E31/190E26P	9		
203889	IV 500054528	Jg fios desgaste pastilhas travão trs lv Daily 35C11D, 35C13D	15		
203890	IV 500054693	Jg fios desg pasti travão frt/trs lv Daily 35C11D, 35C12D	35		
203986	IV 2830987	Injetor motor IV Eurocarga ML 150E21 D	3		
204088	IV 42559204	Pinça bomba travão trs drt IV Eurocarga ML 100E18 P	1		
204991	IV 504301945	Guarda-lamas com estribo IV Eurocarga MLC 150E18 B E5	1		
205377	IV 500307754	Farol drt lv Daily 35 C 12D	2		
205380	IV 500320425	Farolim indicador direcção frt drt lv Daily 35C11D	7		
205387	IV 500368113	Farolim indicador direcção esq IV MP190 / Daily 35	12		
206140	IV 500329841	Roleta inf porta lateral corrediça lv Daily 35S12V	2		
206840	IV 500054987	Jg juntas reparação motor completo IV Daily 35 C 12D	1		
206849	IV 7180797	Cubo roda frt IV MP 190E26P C GNC	1		
206850	IV 1905273	Jg rolamento cubo roda frt IV MP 190E26P C GNC	1		
206855	IV 504105540	Suporte barra fixar diferencial IV Eurocarga ML 100E18 B	2		
206916	IV 500055016	Jg juntas reparação motor IV Eurocarga ML 150E21 D	1		
206926	IV 4899803	Tuche arvore cames IV Eurocarga ML 150E21 D	12		
206928	IV 504345138	Arvore cames IV Eurocarga ML 150E21 D	1		
206935	IV 504080547	Radiador agua IV Eurocarga ML 100 / 150E21 D	1		
206961	IV 42561668	Veio intermediário IV Eurocarga ML 100E18 B	1		
206963	IV 42561670	Rolamento veio intermediário IV Eurocarga ML 100E18 B	4		
206968	IV 42559213	Jg foles pistão bomba travão trs IV Eurocarga ML 100E18 B	8		
207010	IV 504288456	Deposito gasóleo IV Eurocarga ML 150E24 D	1		
207028	IV 42561671	Carreto 3ª velocidade veio intermediário IV Eurocarga ML 100E18 B	1		
207032	IV 500325434	Placa eletrónica fusíveis relé IV Eurocarga ML 150E18 D E2	1		
207047	IV 5801345775	Amortecedor frt cabine simples lv Daily 29L12C	4		
207185	IV 504365576	Injetor Adblue IV Eurocarga ML 100E18 B	1		
207199	IV 5801381129	Motor arranque 24V IV Eurocarga ML 100E18 A	3		
207715	IV 42561251	Apoio transmissão lv Daily 29L 12C/35 S 10V	2		
207739	IV 93161872	Jg molas maxilas trs IV MP190E26P C GNC	4		
207748	IV 93190624	Cabo regulação amortecedor banco condutor IV Eurotech MH260	4		
207819	IV 1905396	Rolamento veio saída cx vel IV Eurocarga ML 100E18 A	2		
209068	IV 504065877	Rolamento passador correia alternador sup IV Eurocarga ML 100	3		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unit	Preço Total
209082	IV 99473900	Acoplamento ventoinha arrefecimento Iv Daily 35C10	1		
209303	IV 98432994	Válvula altas e baixas cx vels IV Eurotech MH190E24	2		
209309	IV 2996990	Jg embraiagem IV Eurocargo ML100 E18	7		
209320	IV 41210945	Tubo água retarder IV MP190E 26P	8		
209477	IV 98473579	Biela barra estabilizadora trs IV Eurocargo ML100E	24		
209481	IV 2996882	Retentor cubo roda 2 eixo trs IV Eurotech MH260E31Y	1		
209494	IV 41015581	Sinobloco meio barra estabilizadora IV MP190E26P C GNC	126		
209495	IV 99456498	Chumaceira barra estabilizadora trs IV MP190E26P C GNC	52		
209567	IV 4854874	Barra direcção longitudinal IV Eurocargo ML150E	1		
209568	IV 41000480	Biela barra estabilizadora frt IV MP 190E 26P	5		
209636	IV 8188526	Fole suspensão pneumática eixo trs IV MP190 E 26P C GNC	27		
209639	IV 98407168	Casquilho meio barra estabilizadora trs IV Eurocargo ML150	8		
209642	IV 8127383	Casquilho sup biela barra estabilizadora trs IV Eurocargo ML100	22		
209731	IV 7187569	Disco travão trs c/ABS IV Eurocargo ML100	11		
209732	IV 7185250	Retentor cubo roda trs/frt IV ML100/Eurotech MH 260E31 (6x2)	16		
209736	IV 93161768	Cunha afinador travão trs esq/drt IV Eurotech MH260E31Y	5		
209737	IV 93161256	Jg serrilhas afinação travão trs IV Eurotech MH260E31Y	2		
209744	IV 2996520	Jg pastilhas travão frt /trs Iv ML100	23		
209745	IV 500054692	Jg fios desgaste pastilhas frt/trs Iv ML100	33		
209760	IV 42534116	Pinça travão frt/trs IV Eurocargo ML 100 E 18 A	1		
209763	IV 41221280	Sensor ABS Roda trs IV Eurocargo ML100	4		
209823	IV 41211435	Piso pedal embraiagem travão IV Eurocargo ML100E 18 A	13		
209867	IV 41042851	Boia depósito gasóleo IV Eurotech MH260E31Y, MH 190E24 (4x2)	1		
209920	IV 504252234	Turbo IV Eurotech	1		
209992	IV 98426670	Reservatório água motor IV Eurocargo ML150E18	2		
210008	IV 500362834	Bomba água motor Iv Daily 35C11D	2		
210151	IV 42550507	Centralina comando luzes e limpa vidros Iv Daily 29 L 12 C	2		
210156	IV 500056811	Valvula marcha trs IV Eurotech MH260E31Y	3		
210160	IV 504250999	Farolim pisca frt drt p-choques IV Stralis 190 S270	47		
210164	IV 504250991	Farolim pisca frt esq p-choques IV Stralis AD 190S27 C GNC	25		
210166	IV 42555022	Farolim pisca frt drt IV Stralis AD190S27 C GNC	7		
210168	IV 504096743	Centralina BC IV Eurocargo ML100E18	2		
210173	IV 504108685	Centralina luzes Iv Daily 35C12D	2		
210373	IV 41221036	Farol esq regulação eléctrica IV Eurocargo ML 100	2		
210374	IV 504264287	Farolim pisca frt esq/drt IV Eurocargo ML100 18 E	10		
210375	IV 42536227	Bobine abertura depósito gas IV Eurotech MH190 E26 P	28		
210714	IV 504173868	Elevador vidro porta esq Iv Daily 35 C11D	3		
210727	IV 504107220	Jg completo pala acrílico sup frt cabine IV Eurotech MH260E31Y	1		
210734	IV 2997195	Elevador vidro porta drt IV Eurocargo ML100E	7		
210743	IV 2997317	Estribo inf cabine lado esq IV Eurotech MH260E31Y	1		
210744	IV 2997318	Estribo inf cabine lado drt IV Eurotech MH260E31Y	2		
210746	IV 2997578	Estribo inf cabine lado esq IV Stralis AD190S27 C GNC	18		
210747	IV 2997579	Estribo inf cabine lado drt IV Stralis AD190S27 C GNC	27		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unit	Preço Total
211155	IV 8024220	Bobina ignição IV MP190E26P C GNC	6		
211156	IV 504082651	Vela ignição IV MP190E26P C GNC /Stralis	42		
211738	IV 41008734	Biela barra estabilizadora trs IV MP190E26P GNC / Stralis	5		
211770	IV 504032810	Farol esq IV MP190E26P C GNC	2		
211917	IV 41272429	Barra estabilizadora trs IV MP190E26P C GNC	1		
211932	IV 93161977	Jg reparação alavanca bomba travão trs IV Eurocargo ML100E18A	4		
211993	IV 1905215	Rolamento int pinhão ataque IV Eurocargo ML100E18 A	2		
211996	IV 7174877	Grupo conico IV Eurocargo ML100E18 A	3		
212020	IV 2997370	Pára choques frt IV Eurocargo ML100	3		
212089	IV 41221015	Farol drt IV Eurocargo ML 100E18 A	6		
212119	IV 93161759	Jg reparação pinça travão frt IV Eurocargo ML100E18A	12		
212144	IV 5801677922	Tubo bomba água p/cx vels IV Stralis AD190S27 C GNC	23		
212148	IV 2996516	Jg embraiagem IV Eurocargo ML100EP18 B	5		
212192	IV 2996853	Piston std com segmentos motor IV Eurocargo ML 75E15 C	6		
212193	IV 2992560	Jg segmentos std motor IV Eurocargo ML 75E15 C	6		
212194	IV 2996044	Jg capa biela STD IV Eurocargo ML75E15C	6		
212299	IV 98402544	Barra direcção longitudinal IV Eurocargo ML100E18	2		
212301	IV 504120057	Valvula secador ar IV MP190E26P C GNC	6		
212329	IV 504087676	Turbo IV Eurocargo ML150E21D	1		
212706	IV 504374142	Sopressoras velas ignição IV Stralis AD190S27 C GNC	37		
212792	IV 42567463	Valvula secador ar IV Stralis AD190S27 C GNC	10		
212803	IV 42547925	Jg reparação válvula secador ar IV Stralis AD190S27 C GNC	10		
212855	IV 504170979	Grelha int tampa frt cabine IV Stralis AD 190S27 C GNC	3		
212858	IV 504056033	Deflector drt frt cabine IV Stralis AD190S27 C GNC	2		
212943	IV 504180831	Abraçadeira escape IV Stralis	12		
213078	IV 42120135	Parafuso transversal sinobloco barra estabilizadora trs IV MP190	21		
213091	IV 42532603	Anilha sincronizadora 1º/2º cx vels IV Eurocargo ML100E18B E4	3		
213093	IV 42541249	Anilha sincronizadora 5º/6º cx vels IV Eurocargo ML100E18B E4	3		
213107	IV 41225407	Tubo sup radiador IV Stralis AD190S27 C GNC	5		
213153	IV 504302683	Alavanca velocidades completa IV Eurocargo ML100E18 A	2		
213156	IV 1905219	Rolamento int/ext cubo roda trs IV Eurocargo ML100E18 A	6		
213262	IV 41218547	Jg suporte/fole suspensão trs esq/dir IV Stralis AD190S27 C GNC	4		
213308	IV 2997264	Amortecedor frt esq/drt IV Daily 35 E10V	2		
213315	IV 7189265	Disco travão frt IV Eurocargo ML 100EP18 B > 2008	6		
213369	IV 97486912	Tubo escape saída turbo IV MP190E26P C GNC	3		
213370	IV 504008086	Tubo escape ligação catalisador IV MP190E26P C GNC	3		
213438	IV 41272994	Tubo água cx vels tomada força IV Stralis AD 190S27 C GNC	23		
213655	IV 41033295	Barra estabilizadora trs IV MP 190E26P C GNC	1		
213737	IV 504115431	Acoplamento ventoinha motor IV Stralis AD 190S27 C GNC	2		
213767	IV 41285112	Acumulador travão trs drt IV Stralis AD 190S27 C GNC	3		
213770	IV 504077958	Haste completa com espelhos drt IV Eurotech MH 260	1		
213772	IV 2997316	Cx estribos frt drt cabine IV-Eurotech MH 260E31Y/TNRD (6x2)	1		
213928	IV 5801931331	Bomba água motor IV Eurotech MH 260E31Y/TNRF/Stralis AD190	1		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unit	Preço Total
213981	IV 7189456	Disco travão trs c/ ABS IV Eurocarga ML 100EP18 B	3		
214115	IV 41013677	Suporte inf amortecedor frt IV MP 190E26P C GNC	2		
214118	IV 99477984	Caixa direcção Daily 35 C 11D	1		
214128	IV 93161528	Jg rep acessórios banco motorista IV Eurocarga ML 100/Stralis AD1	3		
214275	IV 504177013	Volante motor Daily 35 C 12D	1		
214281	IV 504003617	Cabo esq/drt travão mão Iveco DAILY 35C11	8		
214430	IV 504033770	Bomba água lv Daily 35C12	1		
214446	IV 500344718	Valvula bloqueio depósito gás IV MP 190E26P C GNC	10		
214560	IV 41218545	Fole trs frt esq completo IV MP 190E26P C GNC	1		
214788	IV 504238532	Farol esq cpl IV Eurocarga ML 100E18 B E4	3		
214836	IV 7180256	Disco travão trs Daily 96-00 /35 C 15V	14		
215043	IV 500310933	Rotula esticador avanço suspensão lv Daily 35 C 12D	6		
215109	IV 5801806044	Espelho bermas frt drt IV Stralis AD 190S27 C GNC	2		
215347	IV 41218620	Braço triangulo suspensão sup (V) IV Stralis AD 190S27 C GNC	1		
215357	IV 41215631	Depósito expansão água motor IV Stralis AD 190S27 C GNC	7		
215594	IV 41288750	Sinobloco barra estabilizadora trs IV Stralis AD 190S27 C GNC	74		
215727	IV 504020193	Farol esq IV Stralis AD 190S27 C GNC	2		
215884	IV 5801754015	Sensor N.O.X IV Eurocarga ML 100E18 I	3		
216216	IV 8033609	Sonda lambda IV MP 190E26P C GNC	6		
216233	IV 504108867	Fole suspensão pneumática trs Eurocarga ML 100E18 A	10		
216240	IV 7182682	Disco travão frt IV Eurocarga ML 100	8		
216274	IV 500368112	Farolim pisca drt guarda-lamas MP190E	11		
216276	IV 2997156	Tampa espelho retrovisor esq ML100E	8		
216278	IV 2997155	Tampa espelho lateral drt lv ML100E	9		
216280	IV 2997196	Elevador eléctrico vidro porta esq IV Eurocarga ML100E18A	6		
216330	IV 7189475	Disco travão frt IV MP190E26P / Stralis AD190S27 C GNC	11		
216410	IV 504032815	Farol drt IV MP 190E26P C GNC	1		
216507	IV 500311355	Filtro respirador motor IV Eurotech MH 190E24 (4x2)	2		
216524	IV 41022324	Resguardo turbo IV MP 190E26P C GNC	5		
216549	IV 8871354	Jg sincronizador 1ª/2ª velocidade IV Eurocarga ML 100E18	2		
216550	IV 8871189	Anilha sincronizadora 3ª/4ª/5ª/6ª velocidade IV Eurocarga ML 100	8		
216553	IV 99808057	Veio intermediário cx vels IV Eurocarga ML 100E18 A E4	1		
216554	IV 8863110	Carreto móvel 6ª velocidade IV Eurocarga ML 100E18 A E4	1		
216669	IV 8868346	Veio primário cx vels lv Eurocarga ML 100E18 A E4	2		
216680	IV 41029193	Pedal acelerador lv MP 190E26P C GNC	1		
216925	IV 5801288375	Cardan coluna direcção lv Eurotech MH 260E31Y/TNRD (6x2)	1		
217067	IV 2992447	Filtro respirador motor IV Eurocarga ML 150E21 D	2		
217114	IV 42538424	Amortecedor banco motorista IV Stralis AD 190S27 C GNC	2		
217119	IV 500362401	Rele automático protecção baterias IV Eurocarga ML 100E18 A	1		
217159	IV 8859267	Carreto móvel 3ª cx vels lv Eurocarga ML 100E18 A E4	1		
217183	IV 504213419	Botão comando volante Stralis AD 190S27 C GNC	1		
217197	IV 42538419	Valvula electropneumática banco condutor lv Stralis AD 190 GNC	2		
217242	IV 41042919	Barra direcção longitudinal Eurotech MH 260E31Y/TNRF (6x2)	1		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unit	Preço Total
217401	IV 194473	Veio engrenagens	1		
217425	IV 4858072	Valvula marcha trs IV Eurocargo ML 150E18 D E2 /ML 100E18	5		
217508	IV 504083015	Sonda lambda Iv Stralis AD 190S27 C GNC	10		
217584	IV 500054632	Jg pastilhas travão IV Stralis GNC	12		
217932	IV 504158565	Rele comando abertura gás 24V 40A IV Stralis AD 190S27 C G	7		
218008	IV 41285113	Acumulador travão trs esq IV Stralis AD 190S27 C GNC	2		
218113	IV 504238496	Farol manual frt drt IV Eurocargo ML100E18 B	3		
218136	IV 504025884	Motor arranque IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
218755	IV 2991900	Jg calços travão 1º eixo trs tracção STD rebaixado IV Eurotech 260	1		
218789	IV 93161391	Valvula banco motorista Eurocargo ML 150E21 D	2		
219588	IV 7173694	Semi eixo drt diferencial trs (viat 2630) IV Eurocargo ML 100E18	1		
219734	IV 41016078	Parafuso ponta barra-estabilizadora trs Iv AD 190S27	7		
219995	IV 504087182	Cablagem bobine ignição IV Stralis AD 190S27 C GNC	2		
220068	IV 504095152	Sensor temperatura catalisador IV Stralis AD 190S27 C GNC	4		
220090	IV 8127423	Casquilho ponta barra estabilizadora trs IV Eurocargo ML 100E18	32		
220105	IV 8871395	Grupo anilha sincronizadora 1ª / 2ª veloc IV Eurocargo ML 150	1		
220162	IV 41225416	Resguardo radiador IV Stralis AD 190S27 C GNC	1		
220163	IV 8165854	Resguardo ventoinha IV Stralis AD 190S27 C GNC	2		
220292	IV 5801880787	Gerador impulsos Km IV Eurocargo ML 100E18 A	3		
220358	IV 5801765318	Haste completa c/ espelho retrovisor drt IV Stralis AD 190 GNC	3		
220443	IV 504108885	Barra suspensão trs IV Eurocargo ML 100EP18 B	3		
220611	IV 42536555	Valvula 4 vias IV Eurocargo ML 150E21 D / ML 100	2		
220624	IV 500377861	Amortecedor trs cabine IV Eurotech MH 260E31Y/TNRD	2		
221081	IV 42552622	Jg foles embolo pinça travão IV Stralis AD 190S27 C GNC	5		
221163	IV 8860802	Anilha sincronizadora IV MH190E24/P4X2	2		
221167	IV 8870314	Bomba óleo cx vels IV MH190E24/P4X2	1		
221169	IV 8870939	Sincronizador IV MH190E24/P4X2	1		
221170	IV 8871320	Sincronizador completo IV MH190E24/P4X2	1		
221432	IV 7178027	Coquilha diferencial IV Eurocargo ML100E18 A	1		
221433	IV 7178057	Jg anilhas afinação satélites/planetários IV Eurocargo ML100E18	1		
221434	IV 1903616	Jg anilha afinação rolamento coquilha IV Eurocargo ML100E18 A	1		
221515	IV 41218546	Fole suspensão trs frt esq IV MP 190E26P C GNC	1		
221535	IV 504224810	Regulador/redutor pressão gás IV Stralis AD 190S27 C GNC	1		
221699	IV 504288861	Panela catalisador escape IV Stralis AD190S27 C GNC	2		
221700	IV 504168558	Deposito Adblue IV Eurocargo ML 100EP18 B	1		
221703	IV 504024889	Suporte tampa filtro habitáculo IV Stralis AD 190S27 C GNC	2		
221721	IV 1903617	Jg anilha afinação rolamento coquilha IV Eurocargo ML 100E18 P	1		
221724	IV 7187556	Grupo cónico diferencial IV Eurocargo ML 100E18 P	1		
221725	IV 504232510	Porta esq cabine IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
221729	IV 504225462	Forra porta esq cabine IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
221778	IV 8127381	Casquilho inf biela barra estabilizadora trs IV Eurocargo ML100	12		
221786	IV 504191316	Acumulador travão trs esq / drt IV Eurocargo ML 100E18 A	1		
221807	IV 504380345	Turbo IV Stralis AD190S27 C GNC	1		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unit	Preço Total
221858	IV 8859268	Carreto 4ª cx vels Iv Eurocargo ML100 E 18A	1		
221859	IV 8859757	Carreto 1ª cx vels Iv Eurocargo ML100 E 18A	1		
221861	IV 1905490	Rolamento ext veio primário cx vels Iv Eurocargo ML100 E 18A	2		
221965	IV 504369961	Espelho retrovisor completo drt haste curta V 6332 IV ML 75	1		
221973	IV 5801387823	Estribo drt IV 190 T36 AD Traker	1		
221977	IV 504238203	Farol drt IV 190 T36 AD Traker	1		
221978	IV 504221272	Centro para-choques frt IV 190 T36 AD Traker	1		
221983	IV 504234427	Ponta para-choques frt drt IV 190 T36 AD Traker	1		
221984	IV 504200134	Tampa drt friso inf para-choques frt IV 190 T36 AD Traker	1		
221985	IV 5801465481	Resguardo inf para-choques frt IV 190 T36 AD Traker	1		
221986	IV 504102900	Piso plástico ultimo estribo drt IV 190 T36 AD Traker	1		
222009	IV 5801377309	Bico Injetor IV Stralis AD190S27 C GNC	12		
222011	IV 500060062	Caixa direção IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
222037	IV 500317672	Espelho retrovisor esq completo (haste/espelho) Eurocargo ML 100	1		
222045	IV 8871182	Cone sincronizador 3ª/4ª velocidade IV Eurocargo ML 100E18 A	4		
222046	IV 8871184	Cone sincronizador 5ª velocidade IV Eurocargo ML 100E18 A	2		
222084	IV 504238213	Farol esq IV 190 T36 AD Traker	1		
222085	IV 504234429	Ponta para choques frt esq IV 190 T36 AD Traker	1		
222086	IV 504200133	Tampa esq friso inf para choques frt IV 190 T36 AD Traker	1		
222109	IV 42559209	Jg rep c/ pistão afinador pinça travão trs IV Eurocargo ML 100E18 A	3		
222197	IV 500310903	Compressor motor IV MP 190E26P C GNC	2		
222198	IV 504271626	Cx velocidades IV Eurocargo ML75 (a partir 2008)	1		
222226	IV 504191315	Acumulador travão trs drt/esq IV Eurocargo ML 75E15	1		
222312	IV 2997074	Alternador 28V 35A IV (Bosch 0986041940) Eurocargo ML 150	1		
222322	IV 500317453	Alternador 14V 90 A Iveco Daily 35 C 11D	1		
222361	IV 42561673	Carreto 6ª velocidade veio intermediário IV Eurocargo ML100E	1		
222398	IV 500023725	Pendural seletor caixa velocidades IV Eurotech MH 260 (6x2)	2		
222419	IV 504221320	Ponta drt para choques frt IV Stralis AD 190S27 C GNC	1		
222427	IV 504055011	Estribo esq inf IV Eurocargo ML 150E21 D	1		
222428	IV 504055010	Estribo drt inf IV Eurocargo ML 150E21 D	1		
222488	IV 41211013	Bloco electroválvulas suspensão IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
222529	IV 8131582	Barra direção longitudinal IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
222537	IV 504299001	Guarda lamas frt esq c/estribo IV Eurocargo ML 100E18 P	1		
222562	IV 98473011	Espelho retrovisor elétrico drt IV Eurocargo ML 100E18 A	2		
222580	IV 42561726	Carreto 1ª velocidade IV Eurocargo ML 100E18 P	1		
222585	IV 42561729	Carreto marcha atras IV Eurocargo ML 100E18 P	1		
222618	IV 42565257	Tirante seletor velocidades IV Eurocargo ML 100E18 P	1		
222692	IV 504221759	Resguardo inf drt para-choques IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
222766	IV 504116981	Corpo borboleta acelerador IV Stralis AD190S27 C GNC	5		
222865	IV 8859906	Cone sincronizador altas IV Eurotech MH 190E24 (4x2)	1		
222888	IV 504213160	Manete cruise control IV Stralis AD190S27 C GNC	2		
222902	IV 97486971	Acessório ligação torneira bilha gás IV Stralis AD190S27 C GNC	4		
222968	IV 504227307	Tablier IV Stralis AD190S27 C GNC	1		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unit	Preço Total
222970	IV 504033091	Travessa tablier IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
222971	IV 5801964049	Ar condicionado IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
222978	IV 41030416	Braço suporte esq suspensão trs IV Stralis AD190S27 C GNC	1		
223011	IV 42559618	Bomba travão trs drt Iv Daily 29L 12 C	1		
223017	IV 4892338	Motor arranque IV Eurocargo ML 150E21 D	1		
223021	IV 8022923	Colector escape frt IV MP 190E26P C GNC	1		
223022	IV 500356381	Turbo motor IV MP 190E26P C GNC	1		
223026	IV 504188583	Manete comando luzes/buzina Iv Eurocargo ML 100E18 A	1		
223091	IV 504369979	Espelho retrovisor esq completo electrico IV Eurocargo ML 100	1		
223107	IV 504129699	Acessorio drenagem tubo gas IV MP 190E26P C GNC	4		
223108	IV 500396332	Acessorio racord tubo gas IV MP 190E26P C GNC	4		
223125	IV 42541412	Jg reparação pinça travão trs esq (c/guarda pos) IV Stralis AD190	1		
223297	IV 5801926270	Centralina luzes/fusíveis 24V IV Eurocargo ML 100E18 A	1		
223312	IV 504288701	Valvula secador ar IV Eurocargo ML 100E18 A	1		
223360	IV 504009978	Alternador Iv Daily 29L 12 C	1		
223364	IV 504156083	Valvula central travões IV Eurocargo ML150E24D	1		
223365	IV 5801754017	Sensor N.O.X IV Eurocargo ML 100E18 P	1		
223402	IV 98411334	Biela barra estabilizadora frt Iv Eurocargo ML 100E18 B.	2		
223427	IV 8169241	Acumulador travão 2º eixo trs esq IV Eurotech MH260E31Y	1		
223445	IV 5801345779	Amortecedor frt Iv Daily 35S10D	2		
Valor Total					



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM
Prop. n.º 171/17
Fls. _____

**CONCURSO PÚBLICO
COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

"Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO"

Processo n.º / CPI/DA/CCM/2017

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Índice

Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Contrato	3
Cláusula 3.ª Vigência do contrato	3
Cláusula 4.ª Obrigações principais do Cocontratante	4
Cláusula 5.ª Conformidade e operacionalidade dos bens	5
Cláusula 6.ª Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 7.ª Prazo do dever de sigilo	5
Cláusula 8.ª Preço contratual	5
Cláusula 9.ª Fatura e Condições de Pagamento	5
Cláusula 10.ª Sanções contratuais	6
Cláusula 11.ª Força maior	6
Cláusula 12.ª Resolução por parte do Contraente Público	6
Cláusula 13.ª Resolução por parte do Cocontratante	7
Cláusula 14.ª Foro competente	7
Cláusula 15.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	7
Cláusula 16.ª Comunicações e notificações	7
Cláusula 17.ª Contagem dos prazos	7
Cláusula 18.ª Legislação aplicável	8
ANEXO I Listagem de Veículos da Frota Municipal de marca Iveco	9



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **"Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO"**.
2. O preço base do contrato no primeiro ano é de 240.000,00 (duzentos e quarenta mil euros) sem IVA incluído, correspondente ao valor máximo admitido para o somatório total das peças, constantes do Anexo VIII do Programa de Procedimento.
3. Atendendo à possibilidade de prorrogação do contrato prevista na Cláusula 3.ª, o preço base do procedimento para a presente contratação é de 720.000,00 € (setecentos e vinte mil euros) sem IVA incluído.
4. Por "Frota Municipal da marca IVECO" deve entender-se o conjunto de viaturas e equipamentos constante do Anexo I ao presente Caderno de Encargos e outras da mesma marca que o Município venha a adquirir na vigência do contrato.
5. O Município de Lisboa reserva-se no direito de não atingir as quantidades indicadas no Anexo VIII do Programa do Procedimento, sem que, por esses factos, o adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 da presente Cláusula e o Clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2/10, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07 e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2/10.

Cláusula 3.ª

Vigência do contrato

1. O contrato terá a duração inicial de 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, até ao máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que, nos termos da lei, devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. As prorrogações ao contrato ocorrem sucessiva e automaticamente, caso aquele não seja denunciado por qualquer dos contraentes, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, relativamente ao termo do seu prazo inicial ou das suas renovações, através de carta registada com aviso de receção.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato cessará a sua vigência, se entretanto, for alcançado o limite máximo do valor da despesa de €720.000,00 € (setecentos e vinte mil euros).
4. No caso do valor do contrato não ser atingido, durante a respetiva vigência, o Cocontratante não tem direito a qualquer indemnização.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Cocontratante

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Proceder ao fornecimento de peças originais Iveco, requisitadas pela entidade Adjudicante, ao longo do período contratado;
 - b) O Cocontratante fornecerá orçamentos prévios aos fornecimentos, sempre que for solicitado pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação;
 - c) As dúvidas que o Cocontratante tenha sobre os materiais a fornecer no âmbito do procedimento devem ser submetidas à consideração da entidade adjudicante;
 - d) Os materiais adquiridos deverão ser entregues por conta do Cocontratante, no prazo máximo definido no contrato, o qual deverá ser igual ou inferior a 5 dias, no armazém da Divisão de Manutenção de Frota, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1 – 1800-220 Lisboa.
2. A falta de cumprimento do disposto nos pontos anteriores torna o Cocontratante responsável, com as consequências previstas no presente Caderno de Encargos e no CCP.
3. As entregas serão parciais e de acordo com as necessidades dos serviços e só serão efetuadas mediante comunicação escrita prévia da entidade Adjudicante.
4. O prazo de entrega conta-se a partir da receção por fax ou correio eletrónico de cada uma das notas de encomenda e não poderá ser superior ao prazo indicado no contrato.
5. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade pública adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o Cocontratante.
6. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Cocontratante.
7. Os riscos das operações de acondicionamento, embalagem e transporte, carga e descarga nos locais de entrega serão da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.
8. A entrega será sempre acompanhada de guia de remessa, devidamente numerada, da qual constará designadamente:
 - a) A data de entrega;
 - b) A identificação do Cocontratante;
 - c) A identificação da entidade Adjudicante;
 - d) Data de encomenda e número de requisição da entidade Adjudicante;
 - e) A identificação do concurso ao abrigo do qual é feito o fornecimento;
 - f) A identificação dos bens entregues.
9. A cópia de guia de remessa, assinada e carimbada pelos serviços municipais da entidade Adjudicante, ficará na posse do Cocontratante, constituindo prova bastante da entrega do material, após boa conferência pela mesma.
10. O Cocontratante dará apoio/acompanhamento técnico durante a vigência do contrato.
11. Sempre que a entidade Cocontratante venha a proceder à aquisição de produtos não incluídos nas tabelas em vigor e que se enquadrem no objeto do fornecimento, o adjudicatário fica obrigado a atualizar a sua tabela de preços com a inclusão dos novos produtos
12. O Cocontratante, será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade Adjudicante e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito deste fornecimento.
13. O Cocontratante deverá fornecer, à consignação, dois equipamentos de identificação de avarias, no primeiro ano de contrato, e garantir a sua atualização durante o restante tempo de contrato, incluindo a troca do equipamento sempre que tal se justificar.
14. O Cocontratante deverá disponibilizar um meio de identificação das peças Iveco, a partir da identificação do chassis da viatura, seja através da cedência de um software de identificação de peças ou através de acesso a uma plataforma disponível na internet.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Cocontratante obriga-se a entregar ao Contraente Público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos constantes do presente caderno de encargos.
2. O prazo de garantia será igual ou superior a dois anos, a contar da data da receção dos bens objeto do contrato e de acordo com os números abaixo, sem prejuízo do desgaste normal de utilização;
3. A garantia prevista no número anterior abrange todo o objeto do fornecimento, sem limitações.
4. No prazo máximo de 4 (quatro) dias, a contar da data em que o Contraente Público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva correção.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Contraente Público

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Cocontratante os preços constantes da Proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.

Cláusula 9.ª

Fatura e Condições de Pagamento

1. As faturas referentes aos bens fornecidos no âmbito do contrato, os quais são entregues de acordo com as solicitações do contraente público, só podem ser emitidas após a aceitação daqueles, por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis a que se destinam – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM); devem, ainda, ser enviadas para a Direção Municipal das Finanças (D.M.F.) – Departamento de Contabilidade (D.C.), sito no Edifício Central do Município no Campo Grande, n.º 25 – 8º Bloco A, 1749-099 Lisboa, delas constando, obrigatoriamente, sob pena de devolução das mesmas, as seguintes indicações:
 - Câmara Municipal de Lisboa
 - DMF-DC
 - N.º da encomenda
 - N.º do Compromisso
2. As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção pela entidade Cocontratante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos e diligências necessários para o efeito.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

4. Após a emissão, observado o disposto no n.º 1 as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III

Sanções contratuais e resolução

Cláusula 10.ª

Sanções contratuais

1. No caso de o Cocontratante não cumprir qualquer uma das obrigações contratuais, ser-lhe-ão aplicadas, até integral cumprimento das mesmas ou até à rescisão do contrato, as seguintes sanções pecuniárias diárias por cada um dos fornecimentos em falta:
 - a) 2‰ (por mil) do valor do fornecimento em falta, acrescido de IVA, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 (dez) dias úteis de atraso;
 - b) 4‰ (por mil) do mesmo valor, por cada dia de atraso, nos segundos 10 (dez) dias úteis de atraso;
 - c) 8‰ (por mil) do mesmo valor nos dias subsequentes aos primeiros 20 (vinte) dias úteis, por cada dia de atraso, sem, contudo e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do valor total da adjudicação.
2. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao Cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura em que se tenha verificado a ocorrência do facto, ou no mês em que seja decidida pelo Contraente Público, a sua aplicação.

Cláusula 11.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização alheias à vontade e que ela não pudesse conhecer ou prever, à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 da presente Cláusula:
 - a) Causa geral de resolução – Violação de forma grave ou reiterada pelo Cocontratante de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual;
 - b) Causa especial de resolução – Pelo atraso na conclusão do fornecimento superior a 21 (vinte e um) dias ou se, por escrito, o Cocontratante declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução, referido no n.º 1 da presente cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada por correio com aviso de receção ou por meio de transmissão eletrónica (com confirmação de entrega), e aviso prévio de 30 (trinta dias) contínuos, a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. No caso previsto do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Lisboa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 14.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do cocontratante carecem de autorização, por escrito, do Contraente Público, nos termos do disposto no CCP.
2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada, pelo cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º, do CCP.

Cláusula 16.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas, nos termos do CCP para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, ou seja:
 - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. As partes devem identificar no contrato as informações de contato dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

Cláusula 17.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar no dia seguinte à comunicação da ocorrência efetuada pelo Contraente Público ao Cocontratante.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- c) Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os Serviços do Contraente Público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Cláusula 18.^a
Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no CCP, e demais legislação complementar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO I
Listagem de Veículos da Frota Municipal de marca Iveco

Modelo	Ano	Quant.	Categoria
CC 80E18M F	1999	1	Pesado
Daily 29L 12 C	2003	6	Ligeiro
Daily 35 C 11D	1999	4	Ligeiro
Daily 35 C 11D	2000	5	Ligeiro
Daily 35 C 12D	2003	8	Ligeiro
Daily 35 C 13D	2003	3	Ligeiro
Daily 35 C 15V	2003	2	Ligeiro
Daily 35 E 10V	1997	1	Ligeiro
Daily 35 E 10V	1998	1	Ligeiro
Daily 35 S 10V	2003	3	Ligeiro
Daily 35 S 12V	2008	1	Ligeiro
Daily 35 S 13V	2016	1	Ligeiro
Daily 65 C 15D	2003	1	Pesado
Daily 65 C 17V	2006	1	Pesado
Eurocargo ML 100EP18 B	2008	1	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2006	6	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2007	1	Pesado
Eurocargo ML 100E18 A	2009	4	Pesado
Eurocargo ML 100E18 B	2009	3	Pesado
Eurocargo ML 100E18 P	2012	4	Pesado
Eurocargo ML 150E18 D E2	1999	4	Pesado
Eurocargo ML 150E18 D E2	2000	3	Pesado
Eurocargo ML 150E21 D	2003	5	Pesado
Eurocargo ML 150E24 D	2003	1	Pesado
Eurocargo ML 150E24 D	2012	2	Pesado
Eurocargo ML 160E22 D	2007	1	Pesado
Eurocargo ML 75E15 C	2003	1	Pesado
Eurocargo ML 75E16 C E4	2007	1	Pesado
Eurocargo MLC 100EP18 A E5	2012	2	Pesado
Eurocargo MLC 100EP18 B E5	2012	2	Pesado
Eurocargo MLC 100EP19	2016	2	Pesado
Eurocargo MLC 150E18 B E5	2012	2	Pesado
Eurotech MH 190E24 (4x2)	2002	1	Pesado
Eurotech MH 260E31Y/TNRD (6x2)	1999	1	Pesado
Eurotech MH 260E31Y/TNRF (6x2)	1999	2	Pesado
Eurotech MP 190E26P C GNC	2006	4	Pesado
Eurotech MP 190E26P C GNC	2007	10	Pesado
Stralis AD190S27 C GNC	2009	25	Pesado
Stralis AD190S27 C GNC	2012	15	Pesado
397E12.35	2004	1	Pesado
397E12.43	2003	1	Pesado
397E12.43	2004	1	Pesado
Total	-	144	-



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa

Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2017

Data Lanç.: 21.02.2017

Data Doc.: 10.02.2017

Doc. Origem: 58/DMHU/DRMM/17

Descrição: Aq peças/componentes/acessorios marca IVECO

Orgânica: L17.02

Dep.de Reparação e Manutenção Mecânica

Funcional:

Nº Cabimento: 5317001707

NUP: 617001058

		Moeda: EUR							
Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.01.12	EXTRAPLANO	1.574.943,00	133.726,00	1.708.669,00	35.276,06	1.301.283,68	372.109,26	147.600,00	224.509,26
	Totais	1.574.943,00	133.726,00	1.708.669,00	35.276,06	1.301.283,68	372.109,26	147.600,00	224.509,26

Total do Valor Cabimentado 147.600,00

Procedimento Adequado em Função do Valor

Procedimento Seguido Doc. Justificativo

Competência P/ Autorização

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Não Exigido ☐

Não Exigido ☐

Não Exigido ☐

Exigido ☐

Exigido ☐

Exigido ☐

DACM
Prop. n.º 124/17
Fls.

Data: 21.02.2017

Hora: 11:26:28

Pág: 1 / 1

Uti: BALMEIDA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR

REIMPRESSÃO



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 23 de março de 2017, as atas, as moções, os votos de pesar, o voto de congratulação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 144 e 146/2017 das reuniões de Câmara de 11 e 25 de janeiro de 2017.

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 7/2017 **(Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)**

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Velez, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 8/2017 **(Subscrito pela Câmara)**

Aprovar o Voto de Pesar pelas vítimas do atentado terrorista em Londres, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º 3/2017 **(Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)**

Aprovar um Voto de Congratulação ao trabalhador do Município de Lisboa, Hélder Mestre, na Meia Maratona de Lisboa, pelo elevado mérito desportivo alcançado na classe T51, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 121/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Submeter à Assembleia Municipal autorização para repartição de encargos para os anos económicos de 2017 a 2020, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público, para "aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO" (Proc. 1429/CML/17), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)

Proposta n.º 122/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2017 a 2020 e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para "Aquisição de peças, componentes e acessórios originais, para as viaturas da frota municipal de marca Mercedes-Benz" (Proc. n.º 4328/CML/17), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)

Proposta n.º 123/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Autorização para alteração à repartição de encargos e do inerente compromisso plurianual, no âmbito do contrato para "Aquisição de lubrificantes e produtos afins para a frota municipal", nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 156/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar a transferência de verba para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 157/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar a transferência de verba para a AMBPC - Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, para reforço do apoio financeiro já concedido pelo trabalho desenvolvido e a desenvolver no processo de realojamento do bairro, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 158/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras dos arraiais populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 159/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras das marchas populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu, *Paula Levy* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 23 de março de 2017

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

Duarte Cordeiro

PROPOSTA 121/2017 - SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2017 A 2020, E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS MESMOS ANOS, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, PARA "AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DE MARCA IVECO" (PROC. 1429/CML/17), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos votar, ponto 8, Proposta 121/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com a abstenção do CDS e o voto favorável dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 121/2017 a qual foi aprovada por maioria com 13 votos a favor (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 abstenção (CDS/PP).